

Orgulho ou vergonha? O Mané do Rosário: manifestação do patrimônio cultural intangível de Poxim, Coruripe, AL, Brasil

Priscylla Silva*

Universidade Federal de Alagoas (Brasil)

Resumo: Este artigo pretende discutir a relação de uma manifestação cultural com a comunidade na qual ela se originou. É resultado de um projeto de pesquisa da Universidade Federal de Alagoas intitulado “Levantamento do patrimônio cultural imaterial em Penedo e Coruripe – Alagoas.” Realizado em 2007 a 2008, tal projeto como o próprio título explica, teve por objetivo identificar algumas das manifestações do patrimônio cultural imaterial nestes municípios. Dentre os objetos de estudo que o formaram, teve-se o Mané do Rosário, folguedo autêntico do povoado Poxim (Coruripe, AL). Assim, o objetivo deste artigo é identificar as relações estabelecidas entre a manifestação cultural “O Mané do Rosário” e a própria população de Poxim.

Palavras chave: Patrimônio cultural. Cultura popular. Pertencimento. Manifestações culturais. (Des) valorização.

Title: Prime or shame? The “Mané do Rosário”: expression of intangible cultural heritage of Poxim ,Coruripe-AL, Brazil.

Abstract: This paper discusses the relationship between a cultural manifestation and its own community. It’s resulted of a research project from Federal University of Alagoas, named “Survey intangible cultural heritage of Penedo and Coruripe - Alagoas.” The project was realized from 2007 until 2008, and as its title explains itself, had to order to identify some of the intangible cultural manifestation in these municipality. One of the study objects of the project was the “Mané do Rosário,” an authentic folklore party from Poxim village (Coruripe- AL). Then, the order of this paper it’s to identify the relationships established between the cultural manifestation the “Mané do Rosário” and the Poxim population itself.

Keywords: Cultural heritage. Popular culture. Belonging. Cultural manifestation. Appreciation and depreciation.

1. Introdução

As manifestações do patrimônio cultural imaterial refletem o modo de viver e de celebrar de determinados grupos sociais, podendo contribuir para a formação de uma identidade cultural coletiva.

A valorização de um folguedo depende primeiramente do meio que o pratica e está relacionada ao conhecimento sobre a origem e a compreensão de seu significado. As próprias comunidades que detêm a prática regular de bens culturais de natureza intangível, através do (re)conhecimento de suas singularidades, podem natural-

* Graduada em Turismo pela Universidade Federal de Alagoas (Brasil).
E-mail: priscylla.tur@gmail.com

mente exercer um papel eficaz para o resguardo de suas heranças culturais.

Em tempos em que os padrões globais são maximizados, é sentida a carência de ações que visem à valorização de expressões características da cultura popular de pequenos grupos.

O Mané do Rosário é uma manifestação cultural autêntica de Poxim (Coruripe, AL/ Brasil), a motivação por estudá-lo se deu, partindo da premissa de que há um distanciamento da população Poxiense com sua própria celebração popular. Desconsiderando sua autenticidade e valor, as gerações mais novas se distanciam cada vez mais dessa cultura.

Por conseguinte, o objetivo deste artigo é identificar as relações estabelecidas entre a manifestação cultural e seu meio detentor. Por isso o questionamento: orgulho ou vergonha? Sabe-se que as representações do patrimônio cultural podem contribuir com o sentimento de pertença, favorecendo a formação de uma identidade cultural, de uma memória coletiva.

O orgulho individual de sentir-se parte de um grupo cultural formado por práticas e contextos peculiares, torna a comunidade detentora em um lugar único, tanto aos olhos de seus moradores como aos de seus visitantes.

Por outro lado, tendo surgido em um momento passado, as manifestações do patrimônio cultural podem já não representar qualquer vínculo com sua comunidade. O tipo de relação estabelecida, a maneira como a própria população compreende e mesmo o conhecimento que esta possui a respeito da essência de uma manifestação cultural, é o que vai determinar sua valorização ou não, enquanto parte indissociável da cultura local.

Esta investigação foi baseada em entrevistas e observações. Buscamos primeiramente um levantamento de referências bibliográficas sobre o folgado e percebemos que os registros são escassos, o que dificultou a compreensão de seu histórico. Assim, foi empregada como ferramenta metodológica a história oral, que além de permitir uma visão atual, possibilita ainda o levantamento de informações relacionadas à sua origem e histórico, estes essenciais à compreensão de qualquer estudo.

Com uma abordagem metodológica puramente qualitativa, foi empregado como método entrevistas semiestruturadas, direcionadas aos moradores da comunidade local, aos brincantes da manifestação cultural e a um representante do poder público municipal relativo ao órgão de cultura.

O roteiro para as entrevistas foi elaborado visando obter o entendimento e a opinião que os entrevistados possuem a respeito do folgado.

Perguntou-se sobre o surgimento do Mané do Rosário, estimulando-os a descrever características como as vestimentas e o próprio jeito de se apresentarem. Queríamos esclarecer, quem eram os grupos sociais que participavam do folgado e, em que momentos as apresentações ocorriam. Além da compreensão do histórico, as conversas objetivaram elucidar o significado que o Mané do Rosário tem, para cada entrevistado envolvido.

Os sujeitos que colaboraram enquanto entrevistados forma escolhidos por terem vínculos com a manifestação cultural e /ou com lugar onde se originou. Desse modo, em 29 de outubro de 2007, foi realizada em Poxim, a entrevista com a mestra do folgado, Maria Benedita dos Santos.

Houve tentativas de conversas com dois antigos brincantes do folgado, mas estes não souberam ou não quiseram falar mais profundamente a respeito do Mané do Rosário. Destacaram somente o longo período em que participam, declarando que não saberiam opinar ou informar sobre a origem e o significado do folgado.

Representando a população local, foram escolhidos um senhor e uma senhora, de 71 e 82 anos respectivamente, ambos residem em Poxim desde que nasceram. Além disso, a motivação por escolhê-los se deu pelo fato de o senhor possuir uma propriedade rural, cuja denominação faz uma referência ao homem responsável pela origem do Mané do Rosário. Enquanto a senhora, ao longo de sua vida, reside nas intermediações da Igreja de São José, cenário onde historicamente o folgado acontece. Com estes as entrevistas aconteceram em 25 de novembro de 2007.

Por ultimo, foi realizada a entrevista com a secretária de Cultura do município de Coruripe, Tereza Beltrão Siqueira Wanderley, em 13 de fevereiro de 2008.

A observação foi outro método utilizado neste estudo. Desde que o Mané do Rosário passou a ser objeto de investigação, observamos suas apresentações anuais pelas ruas de Poxim, durante o tradicional evento onde historicamente a manifestação cultural acontece (no período de 2008 a 2012). A atuação do folgado foi analisada, colhendo-se registros fotográficos e características do grupo de brincantes.

2. Um pouco da história de Poxim

O povoado Poxim está situado no litoral sul alagoano, a 65 quilômetros de Maceió e a 22 quilômetros da sede do município de Coruripe. Den-

tre seus recursos naturais, destaca-se o rio Poxim, este que teve significativa importância para o povoamento da localidade. A palavra Poxim, de origem tupi guarani (Y- Po - xim), significa “rio de águas escuras” (Lemos, 1999a). O povoado foi batizado com o mesmo nome do rio pelo fato de ter se desenvolvido em sua margem esquerda.

Segundo Lemos (1999a: 173): “Poxim surgiu como um pequeno vilarejo por volta de 1600 e tornou-se rapidamente ponto de apoio para os viajantes com destino às cidades de Penedo e Salvador.” Ainda de acordo com o autor, as características físicas do povoado, os recursos naturais disponíveis, a fertilidade do solo, dentre outros, foram fatores determinantes para o rápido povoamento do lugar.

O povoado foi se formando e paralelo ao crescimento da população, foram surgindo condições estruturais urbanas, comércio, inclusive engenhos de açúcar. A Igreja de São José, de 1762, data provável de sua última reforma, por suas características expressivas enquanto patrimônio edificado é um registro de Poxim no século XVIII.

A história revela a ascensão, até a formação legal de município e paróquia:

“Poxim se torna município por ordem do governo de Pernambuco em 08 de julho de 1799. Só em 02 de agosto de 1801 o ouvidor, Manoel Joaquim de Matos Castelo Branco instala, oficialmente, a Vila do Poxim, construindo um pelourinho a uns 40 metros da Igreja”. (Lemos, 1999b: 77)

A partir de tal fato, Poxim foi oficialmente nomeado Vila Real de São José do Poxim do Sul.

Durante toda essa trajetória, Coruripe constituía-se em um pequeno arruado pertence a Poxim, porém, com o passar do tempo a situação se modificou. O pequeno arruado cresceu, dotando-se de boa infraestrutura ao tempo em que Poxim vivia uma época de estagnação de seu desenvolvimento. Tanto que, “em 1866 o Poxim deixa de ser cidade e paróquia e fica dependendo de Coruripe que cresceu mais que o Poxim” (Lemos, 1999b: 79).

A partir de tais circunstâncias, o povoado se desmembrou de Coruripe tendo sido reanexado algum tempo após, consolidando-se como distrito Coruripense.

Não há registros de qualquer tipo de manifestação popular que objetivasse a retomada de Poxim enquanto cidade. Sabe-se apenas, segundo os comentários dos residentes mais velhos, que o povoado vivenciou uma fase de crescimento e/ou desenvolvimento. No entanto, Coruripe teria se sobressaído com relação a Poxim com um comércio, infraestrutura e demais características que

foram responsáveis pela transferência da sede do município.

3. O surgimento do Mané do Rosário

O folgado, desde sua origem, é tradicionalmente celebrado nas ruas do povoado durante as festividades religiosas comemorativas ao padroeiro católico São José. Intimamente relacionado ao meio religioso, a manifestação teria surgido espontaneamente a partir do momento em que um homem, conhecido por Manoel, popularmente chamado por Mané, realizou o pagamento de uma promessa, onde teria saído de sua residência até a Igreja dançando com rosários pendurados no pescoço. O que explica a denominação “O Mané do Rosário.” Como relatam os entrevistados:

“Naquele tempo, o zabumba tocava na porta da igreja durante a festa, e os homens gostavam de “tá” dançando na porta da igreja. E esse cidadão vinha, só era quando vinha pra rua. Ele morava numa casinha de palha, de caibo no chão. Quando ele vinha de lá pra cá, pra dançar no zabumba, ele vinha todo cheio de rosário, todo enfeitado, com uma chibata feita de trança de cebola, de bananeira quando não tinha [...] E vinha pra rua, dançar na porta da igreja, dançar o Mané do Rosário.” (Informante da população local)

“Ninguém sabia quem era este homem, e ele carregava nele um rosário. Que quando foi um... muitos anos já “né”, aí perguntaram a ele: quem era ele. Ele disse: eu sou o Manoel do Rosário. Aí ele se pintava assim todinho, todinho, [...] e a cara toda pintada que era pra ninguém reconhecer ele.” (Mestra do folgado)

“Só vinha pra rua dançar na porta da igreja durante a festa. Aí o povo apelidou de Mané do Rosário, porque ele vivia arrodado de rosário. [...] Mas o nome dele era Mané Félix.” (Informante da população local)

Assim, “O Mané do Rosário” despertou o interesse e a curiosidade da população da época. Apresentando-se de forma que não pudesse ser reconhecido, disfarçava-se através de pinturas escuras que lhe cobriam totalmente o corpo. Usava ainda um chocalho pendurado na cintura e um chapéu sobre a cabeça, além de uma espécie de corda vegetal, supostamente utilizada para afastar curiosos que tentassem algum tipo de aproximação indevida, garantindo dessa forma a preservação de seu disfarce, sua verdadeira identidade.

Conta-se que este homem teria realizado este ritual sozinho, por cerca de dois anos consecuti-

tivos, chamando a atenção dos participantes da festa, o mesmo finalizava sua “apresentação” ao som de bandas de pífano que animavam as comemorações nas intermediações da Igreja. Com o passar do tempo, homens da população local, de forma programada ou não, passaram a acompanhar o tal Mané do Rosário, originando o folguedo.

Vestidos disfarçadamente, com longos e rodados saíões femininos, blusas de manga comprida, usavam também chapéus de palha, toalhas penduradas sobre os braços e tinham os rostos cobertos por tecidos parcialmente transparentes. Já acompanhados ao som de bandas de pífano, saíam dançando em uma sintonia espontânea, mas envolvente. Enquanto acompanhavam o homem “Mané do Rosário”, formavam a manifestação cultural O Mané do Rosário, e assim percorriam as ruas do povoado, tendo sempre como destino final a Igreja de São José.

“Quando depois os outros homens, vendo isso, se trajou com roupa de mulher, ele ficou como “bobo de guerreiro”, assim. E o pessoal ia dançando com uma toalha branca no braço, aquela roupona de mulher que naquele tempo as mulheres usavam aquelas roupas “grande”. E os homens, eu me “alembro”, botava o pano ralinho, assim na vista, no rosto, e dançando, aí pronto, criou o Mané do Rosário assim. E ele era dançando na frente do dançarino, espantando os “menino” com aquela chibata.” (Informante da população local)

“[...] é um folguedo que não tem uma coreografia característica, não tem uma coreografia ensaiada. Ele é um folguedo, é... dançado através de uma banda de pífano, mas que retrata muito bem, não é? Uma história de um povo que é devoto a São José.” (Informante do poder público municipal)

Foto 1: Apresentação do folguedo em 2009.



A partir do envolvimento de parte da comunidade local, a manifestação ganhou apoio popular, passando de um estágio espontâneo para o programado. Crianças e jovens acompanhavam as apresentações do folguedo, exercendo um lúdico papel. Tentavam se aproximar dos brincantes, provavelmente com o intuito de “desmascara-los”, mas o personagem principal não permitia, correndo atrás dos que os “ameaçavam”, afastando-os com sua chibata.

“Os meninos acompanhavam, então ele voltava e dava uma carreira nos meninos. Aí vinha, os meninos “vinha” de novo, aí voltava dava uma carreira. Mas aquilo era tudo dependente já da brincadeira, né? Já fazia parte, os meninos andarem atrás. Já fazia parte.” (Informante da população local)

Sendo relevante para a comunidade, o folguedo passou a ser uma marca da religiosidade e um traço cultural intimamente relacionado às festividades católicas anuais, ao padroeiro São José.

4. Patrimônio cultural intangível: conceitos e possibilidades

Para identificar a relação entre o Mané do Rosário e a população de Poxim, faz-se necessário a exposição de algumas considerações sobre patrimônio cultural, focando-nos nas características e conceitos dos bens de natureza intangível.

Referindo-se à origem etimológica da palavra patrimônio, Ribeiro (2010: 20) ressalta: “que o conceito que conhecemos atualmente advém dos romanos, que definiram *patrimonium* como herança, algo herdado, tendo etimologicamente o termo *patere*, ou herança paterna.”

A noção de patrimônio cultural, por muito tempo se restringiu aos bens tangíveis. Somente monumentos que se destacavam por suas características arquitetônicas, por representarem um momento histórico relevante, ou mesmo como símbolo de poder para determinados grupos sociais, eram considerados como patrimônio cultural.

Dado o reconhecimento e a valorização dos bens patrimoniais, surgiram os mecanismos de proteção que objetivavam a preservação, selecionando templos religiosos, palácios, teatros, obras de arte, e demais objetos ou edificações, que se destacavam por suas expressivas características históricas e arquitetônicas.

As destruições provocadas pela Segunda Guerra Mundial, porém, foram de encontro a todos os mecanismos de proteção já estabeleci-

dos. Com as ruínas de bens envolvidos em programas de proteção, aos poucos as sociedades ocidentais passaram a partilhar um pensamento já comum entre os orientais. Compreendendo que “mais relevante do que conservar um objeto como testemunho de um processo histórico e cultural passado, é preservar e transmitir o saber que o produz, permitindo a vivência da tradição no presente.” (Sant’Anna, 2003: 49)

A mesma autora ainda comenta que: “no mundo oriental, os objetos jamais foram vistos como os principais depositários da tradição cultural” (Sant’Anna, 2003: 49). Assim, os processos e práticas culturais traduzidos nas formas de saber, fazer, e celebrar, conquistam espaço. Com isso os mecanismos de proteção ao patrimônio cultural, foram aos poucos envolvendo os bens intangíveis, através de políticas e diretrizes de salvaguarda, que basicamente se dão por meio de inventários e publicações, e principalmente, a partir da valorização do homem que detém o saber e capacidade de transmiti-lo.

No Brasil, poetas do Modernismo foram precursores para a inclusão dos registros de aspectos do patrimônio cultural imaterial brasileiro. Oliven (2003: 78) comenta que em 1936, Mário de Andrade propôs um projeto de lei em que os falares, os cantos, as lendas, as magias, a medicina e a culinária indígena fossem considerados como patrimônio brasileiro. Mas o governo considerou apenas o patrimônio material, com o consequente tombamento de edificações e a criação do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1937.

Somente no ano de 2000, através do decreto 3.551 é que se institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, e com isso criou-se o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial.

Dessa forma, considera-se como patrimônio cultural intangível:

“Todo o legado cultural de um povo, como suas lendas, festas, folguedos, costumes, crenças, manifestações artísticas, etc., tudo o que existe como elemento essencial para o registro da memória individual e coletiva, e que possa contribuir com a formação do sentimento de pertença de uma comunidade.” (Macena, 2003: 63)

Já que os aspectos intangíveis são tidos como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro, os mecanismos de proteção devem também acolhê-los. A intangibilidade, porém, requer formas de preservação que considerem que as manifestações do patrimônio cultural imaterial, por estarem ligadas às práticas espontâneas

e regulares, são fortemente influenciadas pelo tempo e pelo meio.

A ideia de “congelamento,” sempre presente quando se pensa em preservação do patrimônio edificado, não pode ser destinada com o mesmo grau, aos aspectos do patrimônio imaterial. O próprio IPHAN contribui, ao destacar os processos de criação e recriação consequentes das transmissões das práticas e saberes entre gerações:

“O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.” (IPHAN, 2012)

Essa constante (re)criação reflete a dificuldade de se preservar os bens intangíveis. Oliven (2003: 79), remete à reflexão ao questionar: “Como tratar aqueles que se consideram bens imateriais? Desejamos que um ritual, uma vez registrado, nunca mais se modifique?”

No caso do Mané do Rosário, por exemplo, tem-se uma indumentária característica do folguedo. E sendo assim, possíveis mudanças nessas vestimentas, podem se caracterizar enquanto consequência desse processo de recriação, interligado aos bens intangíveis. Mas até que ponto essa tal recriação configuraria em descaracterização cultural? Características próprias de um folguedo, não são as bases da autenticidade?

“A distinção entre bens materiais e bens imateriais não é pacífica. As propriedades químicas da água benta e da água comum são as mesmas; entretanto, a primeira água, ao contrário da segunda, tem um poder sagrado, que lhe foi conferido pela Igreja. Uma bandeira é um pedaço de tecido, ao qual os habitantes de uma nação atribuem um significado igualmente sagrado. A comida é material, mas a culinária é imaterial. Como separar ambas?” (Oliven, 2003: 79)

O posicionamento do autor possibilita a compreensão de que a valorização da intangibilidade repassa também pela salvaguarda de bens materiais que são necessários para a caracterização de uma manifestação do patrimônio imaterial. Somente a prática regular, desvinculada de características originárias, levaria a uma padronização dos aspectos culturais, por isso se considera que a obediência à materialidade, pode interferir diretamente na preservação de características do patrimônio cultural intangível.

Observando as definições de patrimônio cultural intangível citadas, pode-se constatar que

expressões como a “formação do sentimento de pertença” ou a “geração de uma identidade,” estão presentes em ambos os conceitos e não por acaso. A valorização de um folguedo, reconhecida primeiramente pela comunidade que o pratica, é consequência do conhecimento, e se traduz em uma forma eficaz de se resguardá-lo, através de laços invisíveis capazes de produzir no homem um vínculo natural e constante com suas próprias formas de viver, de celebrar.

5. O Mané do Rosário e sua relação com a comunidade de Poxim: a fotografia registrada

Desde sua origem, por volta de 1762, de acordo com o autor Lemos (2001), obviamente a manifestação sofre as influências do tempo e do meio. A preservação dos bens de natureza intangível é uma das características que o difere do patrimônio tangível.

Tendo surgido a partir de iniciativas populares, o folguedo teria passado por um “estágio de elitização” somente sendo praticado por homens influentes da sociedade. Com o passar do tempo, as mulheres também foram se inserindo.

Segundo a organização da manifestação cultural, a participação nas apresentações é aberta à comunidade geral, não havendo critérios para a escolha dos brincantes. Além da tradicional festividade católica anual, a manifestação faz apresentações em eventos culturais em que o grupo é convidado a participar.

O folguedo tem como mestra a Senhora Maria Benedita dos Santos que declarou exercer a função há mais de 30 anos, seguindo uma tradição de seus familiares. Em seu discurso, é nítida a preocupação com a carência do grupo, demonstrando a esperança de conquistas, estas não especificadas, mas provavelmente relacionadas com vestimentas adequadas e melhoria das condições para as apresentações do folguedo.

Desde o ano de 2006, a organizadora da manifestação recebeu oficialmente o título de mestra do Mané do Rosário e foi incluída em uma política de preservação fomentada pela Secretaria do Estado da Cultura. A lei nº 6.513/2004 instituiu o Registro de Patrimônio Vivo do Estado de Alagoas, (RPV-AL), e em parágrafo único de seu artigo 1º, define:

“Será considerado como Patrimônio Vivo do Estado de Alagoas, apto, na forma prevista nesta Lei, a ser inscrito no RPV-AL, a pessoa natural que detenha os conhecimentos ou as técnicas necessárias para a produção e para a preservação de aspectos da cultura tradicional

ou popular de uma comunidade estabelecida no Estado de Alagoas”. (SECULT/AL, 2012)

O Artigo 90 da subseção da cultura, da lei orgânica do município de Coruripe-AL diz que: “O Município apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, prioritariamente, as diretamente ligadas a história da cidade, à sua comunidade e aos seus bens.” (Coruripe/AL, 1990)

No entanto, o apoio do poder público se restringe a uma bolsa de incentivo, direito decorrente da inscrição no RPV-AL. Sem desconsiderar a necessidade desse tipo de apoio, é necessário entender que este não deve ser visto como condição suficiente para garantir a ocorrência e principalmente a valorização do folguedo.

Por cinco anos consecutivos, foi possível acompanhar e registrar por meio de fotografias e diários de campo as apresentações do folguedo pelas ruas de Poxim durante a festa de São José, possibilitando constatar características do grupo de brincantes, encontrando sentido em opiniões expressadas pelos moradores locais.

A partir das análises dos discursos obtidos com as entrevistas percebe-se que, no geral, a visão da população autóctone é pessimista quanto ao futuro do Mané do Rosário. Apesar de haver certo interesse e reconhecimento de sua relevância, os entrevistados relatam a ocorrência de hábitos atuais que levam a uma descaracterização da manifestação, criticando negativamente práticas, como a mudança nas vestimentas, na própria dança e o consumo de bebidas alcoólicas durante as apresentações. Outro item pontuado foi o fato comum de os brincantes descobrirem os rostos, o que faz com que o mistério natural que envolve a celebração da manifestação cultural se perca.

O que se percebe é uma lembrança positiva com relação ao passado do folguedo que, no entanto, já não pode ser vivenciado, e o que é pior: sem qualquer perspectiva de futuras mudanças, como relata um dos entrevistados:

“Agora que ele era uma maravilha de folclore. Eram as mulheres tudo com roupas bonitas, saias estampadas. Bem bonita! Uma toalha branca, dobrada no braço, um pano na cabeça, e o rosto tampado com um filó [...] saíam dançando, muito bacana, tudo direitinha, não tinha essa história de bebida, não tinha essa história de bagunça [...] Era uma brincadeira muito popular, já hoje não está. Ele “tá” todo diferente. (Informante da população local)

Não era traje enfeitado como quem fosse uma Baiana, não! Era um traje comum! Agora que os homens vestidos de mulher com aquelas saias

“grande”, que as mulheres velhas tinham que arrastavam no chão. (Informante da população local)”

Para os entrevistados, as modificações relatadas tornam-se inaceitáveis, configurando um tempo de desrespeito e desvalorização da cultura. Como fator determinante para isso, elenca-se a falta de repasse de conhecimento sobre a origem e o significado da manifestação cultural: *“Inventam de fazer uns trajes até como quem é uma escola de samba lá do Rio, que não tem nem um ensinamento, pra voltar a ser [...] como foi criado [...] Tanto que o erro “tá” aí”*. (Informante da população local)

Durante as conversas, foi comum que os residentes entrevistados comparassem características atuais dos brincantes com tempos passados. Com isso, têm-se opiniões que retratam como certas mudanças são vistas negativamente:

“Agora não era essa bagunça de hoje em dia, esse negócio que tem hoje em dia. Mais tarde é tudo, tudo “bebo”, mas na época, na outra época, era uma maravilha o Mané do Rosário. Quando chegava dia de Mané do Rosário, pronto! Todo mundo já “tava” preparado pra ver uma coisa linda. Porque era lindo! (Informante da população local)”

Porque hoje não dançam da maneira que eu conheci a dança, é aquela feita quase só por homens, aqueles homens de posição [...]. E não tinha tanta cachaça como tem hoje. Tá transformado em cachaça! Mais tarde, no fim da festa, “tá” tudo bêbado, sem saber mais nem o que “tão” fazendo. É com criança naquele meio, não presta! O erro que eu acho que seja esse. (Informante da população local)”

A manifestação vem acontecendo de forma independente, sem ligações diretas com a Igreja ou qualquer outra instituição, porém, como já mencionado, abraçada legalmente por políticas estaduais de preservação do patrimônio cultural intangível.

A participação de crianças durante das apresentações do folguedo foi um dos fatos observados. Provavelmente acompanhando familiares, os brincantes mirins demonstravam sintonia, ao menos com a dança. Durante uma das apresentações, no ano de 2009, a aproximação com uma garota de 7 anos resultou no questionamento: o que é o Mané do Rosário para você? A criança respondeu: *“É pra dançar.”*

A presença de crianças de nada adianta se estas, ao invés de compreenderem, simplesmente tornam-se participantes alienados, restringindo o folguedo a uma simples forma de diversão, distante de qualquer vínculo ou significado.

6. Considerações finais

É inegável que ao longo do tempo a manifestação cultural tenha sofrido modificações, a cultura não é e não deve ser estática. Principalmente por não se tratar de patrimônio cultural edificado, não se espera uma total preservação, mas é preciso considerar que o folguedo vivencia um momento em que sua interação com a comunidade de Poxim é mínima.

Ao longo desses anos verificou-se que o grupo de brincantes não muda. Superando condições de precariedade como a necessidade de vestimentas adequadas, o grupo se mantém graças ao envolvimento dos antigos, marcando presença na tradicional festa de São José. No período de observação (2008 a 2012), notou-se que sua visibilidade durante o evento vem se reduzindo, novas formas de diversão e entretenimento naturalmente surgiram, enquanto tradicionais expressões e marcas do lugar parecem já não fazer parte do mesmo.

É necessário compreender que a falta de conhecimento, que inclusive é sentida entre os próprios brincantes, é um fator relevante para o distanciamento da população poxiense. E essa falta de conhecimento sobre a origem e o histórico do folguedo faz com que muitas pessoas criem opiniões e expressões equivocadas e preconceituosas, como o fato comum de se pensar que o Mané do Rosário é um ritual vinculado a religiões afrodescendentes.

Crianças e jovens da comunidade crescem sem ensinamentos a respeito do folguedo e, por conseguinte, desconhecem sua importância. Mal compreendida, a manifestação cultural que poderia ser um motivo de orgulho para a comunidade, é vista pelos próprios moradores como algo banal, coisa do passado, sem qualquer significado presente. “As manifestações populares religiosas são um dos eventos que estruturam e resgatam o homem, descobrindo-o diante de sua capacidade de deixar fluir suas infinitas potencialidades de existência na sociedade” (Certeau, 2002, citado por Martins & Leite, 2003: 113).

Em Poxim, não diferente de muitos locais de nossa região, é sentida a carência de ações que visem o reconhecimento e a valorização da própria cultura local. O fato de se vivenciar uma sociedade em que barreiras físicas e temporais são facilmente eliminadas, muitas vezes, faz com que se maximize a valorização de padrões globais em detrimento da valorização do que é local.

No meio cultural a ideia de padronização acarreta em perda de valores. Uma comunidade que não reconhece suas próprias singularidades,

simplesmente não detém as ferramentas básicas e necessárias para fazer com que o outro as reconheça e as valorize a partir de suas formas autênticas.

De acordo com o que se observou em campo, havia um significativo envolvimento da população de Poxim com o folguedo, o que já não ocorre. Fato que se atribui à ausência da implantação de políticas públicas de incentivo e valorização culturais, assim como organização e zelo por parte da sociedade civil organizada.

A falta de compreensão sobre o folguedo faz com que os moradores e até os próprios brincantes o reduzam a uma simples dança, desvinculada de qualquer outro significado. A proposta deste artigo é instigar reflexões sobre o Mané do Rosário e sua relação com a comunidade de Poxim, como uma forma de resguardar seu valor cultural para as atuais e futuras gerações.

A publicação de históricos, expressões e opiniões pode despertar o reconhecimento e consequente valorização, deste traço cultural popular tão singular, marcado pela simplicidade de um povo que através de suas formas de celebrar, espontaneamente originaram um folguedo que de tão autêntico, torna-se para tantos, incompreensível.

Bibliografia

- Coruripe-AL. Câmara Municipal de Vereadores 1990 “Lei Orgânica.” Poder legislativo municipal. Coruripe, Alagoas, Brasil.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- 2012 “Patrimônio Imaterial”. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaIphan>. Acesso em: 19 de abril de 2012.
- Lemos, João Ribeiro de
- 1999a “Poxim.” En *Coruripe: sua historia, sua gente, suas instituições*. (p. 173-183) Recife-PE: GCL gráfica e editora.
- Lemos, João Ribeiro de
- 1999b “O Poxim.” En *Coruripe: sua historia para a juventude*. (p. 77-80) Maceió: Recife-PE: GCL gráfica e editora.
- Lemos, João Ribeiro de
- 2001 *Poxim, terra de história e de mitos: Vila Real de São José do Poxim do Sul*. Recife-PE: GCL gráfica e editora.
- Macena, Lourdes
- 2003 “Festas, danças e folguedos: elementos de identidade local, patrimônio imaterial do nosso povo”, En Martins, Clerton. (Org.), *Turismo, cultura e identidade*. (p. 63-76) São Paulo: Roca.

Martins, Clerton; Leite, Liliana

2003 “Cultura, religiosidade popular e romarias: expressões do patrimônio imaterial”, En Martins, Clerton (org.), *Patrimônio Cultural: da memória ao sentido do lugar*. (p. 105-120). São Paulo: Roca.

Oliven, Ruben George

2003 “Patrimônio intangível: considerações iniciais”, En Abreu, Regina; Chagas, Mário. (Orgs.), *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. (p. 77-80). Rio de Janeiro: DP&A editora.

Ribeiro, Marcelo

2010 “Análise das políticas de preservação em quatro municípios do nordeste brasileiro”, En Ribeiro, Marcelo. (Org.), *Olhares sobre o patrimônio cultural: reflexões e realidades*. (p. 9-28) Porto Alegre, RS: Asterisco.

Sant’Anna, Márcia

2003 “A face imaterial do patrimônio cultural”, En Abreu, Regina; Chagas, Mário. (Orgs.), *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. (p. 46-55) Rio de Janeiro: DP&A editora.

SECULT/AL – Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas

2012 “Lei do Registro do Patrimônio Vivo”, Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/legislacao-1/leis-e-decretos/Lei%20no%206.513%2C%20de%2022.09.04%20-%20Lei%20do%20Registro%20do%20Patrim%C3%B3nio%20Vivo-RPV.pdf/view>. Acesso em: 19 de abril de 2012.

Notas

- ¹ O projeto de pesquisa intitulado “Levantamento do patrimônio cultural intangível em Penedo e Coruripe, Alagoas,” foi coordenado pelo professor Dr. Marcelo Ribeiro e executado pela autora deste artigo enquanto aluna bolsista da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Recibido: 04/09/2012
Reenviado: 03/03/2013
Aceptado: 17/03/2013
Sometido a evaluación por pares anónimos